

AS POLÍTICAS TERRITORIAIS NO PLANO PLURIANUAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO PORTAL DO SERTÃO: FOCO O MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES.

Carla Lorena Lima Ferreira

Estudante de graduação da UEFS
lolyfsa@hotmail.com

Vanessa da Silva Vieira

Professora adjunta da UEFS
vanessa_bahia@yahoo.com.br

RESUMO

Esse trabalho tem como objeto de estudo o Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2008-2011, sendo objetivo geral analisar as políticas territoriais implantadas pelo Governo do Estado para a agricultura familiar no Território de Identidade Portal do Sertão, tendo como recorte espacial o município de Amélia Rodrigues. Esse objetivo desdobrou-se em outro, tais como investigar os principais rebatimentos socioespaciais dos programas; verificar de que maneira influenciaram na dinâmica e desenvolvimento da agricultura familiar no município; identificar as parcerias estabelecidas entre o governo federal, estadual, municipal e sociedade civil para efetivação dos programas no município de Amélia Rodrigues. A metodologia priorizou além da investigação do PPA, um levantamento bibliográfico a respeito do tema, além de entrevista e aplicação de questionário feita em visita de campo.

Palavras-chave: Território de identidade; Políticas territoriais; Agricultura familiar; Plano Plurianual.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa de Iniciação Científica faz parte do projeto Territórios de Identidade: Desvelando os Desafios para o Planejamento Territorial no Estado da Bahia, que esta vinculada ao Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV). Tem como objeto de estudo o Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2008-2011. Tal plano contém importantes políticas de intervenção territorial, tornando-o fundamental para o estudo geográfico, além disso, suas ações dinamizam e organizam as relações sociais/espaciais. Segundo o Plano Plurianual (PPA) em estudo, a atual regionalização do Estado da Bahia, a partir dos Territórios de Identidade, teve seu surgimento devido aos movimentos sociais ligados à agricultura familiar, à reforma agrária e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. A utilização do PPA na administração do Estado da Bahia como instrumento de planejamento, iniciou-se a partir de 1991. Desde então foram elaborados seis, sendo que quatro num governo de base carlista e dois no governo petista, de Jaques Wagner. Durante o período de 15 anos e sob administração de um mesmo grupo político, submetendo o Estado a um modelo específico de Governo liderado pelo então ex-senador Antonio Carlos Magalhães (VIEIRA, 2009).

No Plano Plurianual (2008-2011) os Territórios de Identidades foram adotados enquanto unidades de planejamento. Estes, segundo o próprio documento são concebidos como:

um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, como grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (Bahia, 2008).

Apesar de o governo destacar a identidade como um elemento chave de tal unidade de planejamento, é possível verificar algumas contradições, que mesmo não sendo objeto deste plano de trabalho, não pode ser ignorada.

Em relação ao Território de Identidade Portal do Sertão, que foi determinado como recorte espacial e objeto de estudo deste plano de trabalho, é formado por 17 municípios que de fato possuem diferenças significativas em termos econômicos, culturais, sociais. A justificativa que deu início à investigação dessa pesquisa está relacionada a uma melhor compreensão e avaliação das políticas territoriais destinada para o desenvolvimento da agricultura familiar no município em análise, já que o mesmo tem na agricultura uma importante fonte de renda para os municípios. Dessa forma o objetivo geral dessa pesquisa foi investigar os programas de governo, presente no PPA (2008-2011), voltados para agricultura familiar que foram implantados em Amélia Rodrigues. Esse objetivo desdobrou-se em outro, tais como investigar os principais rebatimentos socioespaciais desse programa; verificar de que maneira influenciaram na dinâmica e desenvolvimento da agricultura familiar no município; identificar as parcerias estabelecidas entre o governo federal, estadual, municipal e sociedade civil para efetivação dos programas no município de Amélia Rodrigues.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1º etapa

Levantamento Bibliográfico

Análise documental do PPA 2008-211

Referencial Teórico

2º etapa

Análise de Dados

Aplicação de Questionário

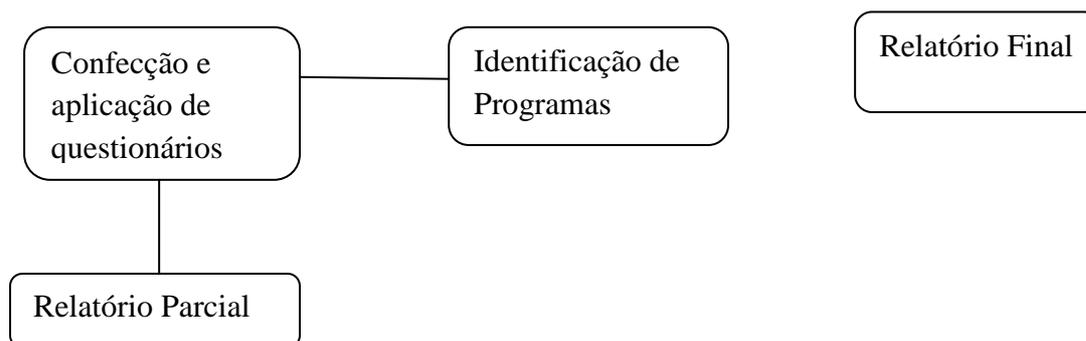


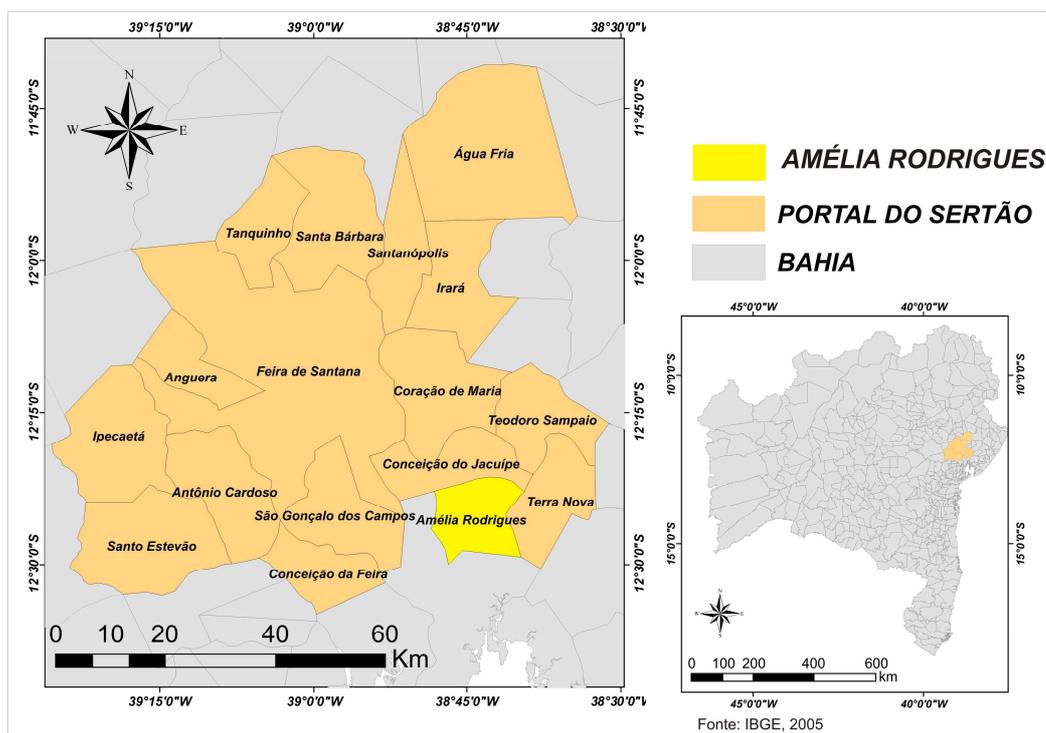
FIGURA 1 – Fluxograma Metodológico.

Com a intenção de se obter um melhor desenvolvimento no processo de investigação, esse trabalho foi constituído em duas etapas como demonstrada no fluxograma acima, na primeira, onde foi realizado um levantamento bibliográfico paralelo à construção do referencial teórico que foi importante para o direcionamento da pesquisa. Nesse levantamento bibliográfico, buscou-se os conceitos que foram fundamentais para a realização do trabalho, foi utilizado também os documentos disponibilizados no site da Secretária de Planejamento do Estado da Bahia, sobretudo o Plano Plurianual (2008-2011), documento referência para o estudo dos Territórios de Identidades e de coleta de dados para melhor desempenho do trabalho. Neste documento foram identificados os programas que estão direcionados para agricultura familiar no Território de Identidade Portal do Sertão. Paralelo a isso se iniciou a confecção e aplicação dos questionários/ entrevista com representantes do poder executivo municipal de Amélia Rodrigues. Assim concluindo essa primeira etapa foi elaborado e entregue o relatório parcial.

Na etapa seguinte foi realizada a aplicação de questionários e entrevistas aos representantes da sociedade civil (sobretudo às associações direcionadas para a agricultura) e agentes políticos diretamente envolvido com os programas em análise, com intuito de verificar quais os resultados alcançados por tais programas, no tocante ao desempenho da agricultura familiar. Após a execução das etapas prevista no cronograma, foi confeccionado o relatório final.

CARACTERIZAÇÃO DAÁREA DE ESTUDO

O Território de Identidade Portal do Sertão, o qual está direcionado essa pesquisa, está localizado no Nordeste brasileiro, no estado da Bahia. O Portal do Sertão é constituído por 17 municípios, que estão incluídos na região administrativa do Paraguaçu sendo eles: Água Fria, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santa, Ipecaetá, Iará, Santa Barbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova e Amélia Rodrigues recorte espacial dessa pesquisa, que são identificados na imagem abaixo:



Fonte: IBGE (2005). Elaborado por: Lima, Gabriel, 2011

Em relação às características sociais e econômicas o Território de Identidade Portal do Sertão Destaca-se que a população deste território corresponde a 871.922 mil habitantes. Na sua economia o que mais dinamiza são os serviços que é responsável por mais de 50% do PIB do território Portal do Sertão, seguido pelas atividades industriais e a agropecuária.

Em relação ao Município de Amélia Rodrigues, afirma-se que o mesmo, está localizado a uma distância de 84 km da capital do estado, ocupando uma área de 124, 075 km² (SEI, 2007). Segundo dados do IBGE 2010, sua população está estimada em aproximadamente em 25.190 habitantes, possui clima ameno com temperaturas anuais médias de 24,8°C. Tanto o solo quanto o clima são os fatores determinantes para o desenvolvimento de vários tipos de lavouras como a banana, mandioca e hortaliças, mesmo assim é mais evidente no município, desde de suas origens o cultivo da cana-de-açúcar, a qual ocupa mais de 50% das terras produtivas da região. Amélia Rodrigues é beneficiada pela bacia hidrográfica do Recôncavo Norte, tendo como rio principal o Rio Jacuípe.

REVISÃO DE LITERATURA

Agricultura Familiar

Ao definir a agricultura familiar no Brasil, podemos dizer que esta é uma unidade de produção onde o trabalho, a terra, e a família estão intimamente ligados,

Carneiro (1997), ou seja, o modo de produção agrícola familiar baseado na exploração da terra para a produção de mercadorias utilizando-se a força de trabalho familiar e/ou eventualmente assalariada. No entanto existe conflitos em sua definição pelo fato de haver distinção a respeito do que se trata ser agricultor familiar e camponês. De acordo com Fernandes (2001):

[...] o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico – política.” (FERNANDES, 2001 p.29-30)

O que de fato diferencia a agricultura familiar da agricultura camponesa é a relação, com o sistema econômico, como caracteriza Abramovay (1998),

O camponês não pratica um cálculo contábil visando apurar custos de produção ou taxas de lucro, mas se orienta pelo que denomina “sobras”. O trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades da familiar (ABRAMOVAY, 1998, p.61).

O camponês procura satisfazer, através de sua atividade econômica, as necessidades da sua unidade de produção que é ao mesmo tempo a sua unidade de consumo. Já na agricultura familiar existe tanto interesses econômicos quanto interesses pessoais que podem se realizar ao mesmo tempo. A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora (número de seus membros capazes de trabalhar e produtividade da unidade de trabalho) e; pelo grau de esforço do trabalho. Wanderley (1998, p. 46), acredita que as diferenciações entre o campesinato e a agricultura familiar consistem na redefinição da relação tradicional de trabalho e consumo, da natureza indivisível da remuneração familiar, da possibilidade de realizar avaliações subjetivas e da definição do grau de “auto-exploração” de sua força de trabalho.

A agricultura familiar no Brasil exerce grande importância, é uma fonte geradora de renda e emprego além de ser um modo de produção antigo que vem sempre passando por diversas transformações. Em um país com grandes dimensões territoriais como o nosso a agricultura familiar nem sempre tem tantos privilégios comparada com a agricultura patronal e com os grandes latifúndios e acaba tendo suas limitações e pouca atenção por parte do Estado.

Como afirma Santos (2009), a redemocratização do país, que começou a ser consolidada a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, permitiu a retomada das discussões acerca do modelo de desenvolvimento que o Brasil deveria adotar, no sentido, principalmente para exportação, diferentes governos estaduais, inclusive o baiano, incluíram em seus planejamentos políticas territoriais, visando à diminuição dos desequilíbrios regionais e uma maior integração do mesmo com todo o território. No âmbito do Estado Nacional criaram-se políticas com ações específicas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF), assim influenciando as ações públicas destinada ao campo. Essas políticas direcionadas aos pequenos agricultores se consolidaram por

estratégias econômicas que inseriu o agricultor familiar ao mercado capitalista, porém restringindo sua autonomia dentro do espaço rural.

Políticas territoriais e o Plano Plurianual

Entende-se política territorial como um tipo especial de política pública, compreendida como o campo das ações nascidas dos poderes centralizados, regionais e locais sobre os diversos territórios. É configurada por seus conjuntos de estratégias executadas a médio e longo prazo, também pelas correspondentes formulações de atuação, dirigida a intervir sobre o território, a fim de que assuma as formas que sejam adequadas ao conjunto dos interesses que controla o poder político.

Por políticas públicas compreende-se que são ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social. Boneti (2007), define políticas públicas como:

o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. (p. 74)

Através de tais definições pode-se caracterizar o Plano Plurianual (PPA) como uma política pública de intervenção territorial

De acordo com Vieira (2009), a política territorial é a regulação do território pelo Estado. A autora ressalta que o papel das políticas territoriais é a promoção de um território menos desigual, mais justo e integrado nos seus aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais. Assim, deve favorecer a constituição de uma melhor qualidade de vida aos cidadãos, através do governo.

O planejamento é uma atividade que se desenvolve com o fim de estabelecer caminhos e direções para que determinados resultados sejam alcançados através das políticas territoriais. Ele é fundamental para ampliar as possibilidades de efetivação dos resultados esperados pelos Governos (Federal, Estadual e Municipal) sejam atingidos. Um importante instrumento de planejamento governamental é o Plano Plurianual, quanto mais bem elaborado o planejamento, maior a chance de os governos atingirem os resultados para a população. E quanto maior a participação da população no processo de planejamento, maiores serão os benefícios para essa população. É nesse momento, que o Governo do Estado e sua equipe, junto com alguns membros da população, elaboram as propostas de ação. O PPA, como importante peça de planejamento que se transforma em Lei, orienta os Gestores Públicos na execução dos gastos e na aplicação dos investimentos e, é obrigatório para a União, para o Distrito Federal, para os Estados e para todos os Municípios.

Segundo consta no Plano Plurianual 2008-2011 a utilização do conceito de Territórios de Identidade pelo atual governo da Bahia visa articular as ações entre o Governo do Estado e os programas federais. Destaca-se ainda que a adoção dos Territórios de Identidades surgiu a partir da aceitação proposta pela Coordenação dos Territórios e Movimento da Agricultura e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com a delimitação de territórios rurais, onde a partir daí o Governo da Bahia realizou

alguns ajustes conceituais e metodológicos na divisão dos Territórios de Identidades, tal como destaca Souza (2008).

No caso da agricultura familiar o PPA 2008-2011 traz uma diretriz estratégica voltada a dinamização da agricultura e do agronegócio, tendo como o principal órgão executor das ações a Secretária da Agricultura Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI) e parceria com outros órgãos. Na diretriz estratégica “Dinamizar a Agricultura Familiar e Desenvolver o Agronegócio Articulado com a Rede de Produção Estadual”, de acordo com o PPA foram criadas políticas de inclusão para a agricultura familiar, essas políticas são aplicadas através de ações, que de acordo com o mesmo são implantadas projetos de irrigação em regiões pobres como a do semiárido, mas que tem um potencial de desenvolvimento de determinadas atividades agrícolas. Essas ações são aplicadas no estado respeitando a sua divisão em unidades de planejamento que foram, no PPA (2008-2011), os 26 Territórios de Identidades. Entende-se que tal diretriz estratégica direcionada a agricultura familiar inserida no PPA visa, pelo menos em termos de proposição, promover a geração de renda para muitas famílias que tem a agricultura familiar como principal fonte de sustento mantendo a sua fixação no local, valorizando a identidade com o lugar, enfatizando, dessa forma a importância das questões socioeconômicas (Bahia, 2008).

Resultados e Discussões

Destaca-se aqui as políticas territoriais que foram implantadas pelo Governo do Estado direcionada a agricultura familiar no Território de Identidade Portal do Sertão, enfocando o município de Amélia Rodrigues. Sobre os resultados encontrados no decorrer deste trabalho, primeiramente foram identificados os programas e ações do Governo do Estado, que se encontram inseridos na Diretriz Estratégica: *“Dinamizar a agricultura familiar e desenvolver o agronegócio articulado com a rede de produção estadual”*. Quanto aos programas e ações contidas no PPA, direcionados ao Território de Identidade Portal do Sertão, identificou-se quatro, que estão destacados no quadro 01, a seguir, contendo seus objetivos, os órgãos participantes e ações a serem executadas.

QUADRO 01: PROGRAMAS E AÇÕES INSERIDOS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO			
PROGRAMAS	OBJETIVO	ÓRGÃO PARTICIPANTE	AÇÕES
Qualificar: Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária para a Agricultura Familiar	Promover a qualificação dos produtores rurais visando melhorar a qualidade de vida no campo, a elevação da produtividade e o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão social.	SEAGRI	Supervisão das Entidades Públicas e Organizações Sociais na Execução das Ações de Assistência Técnica Rural Apoio à Execução de Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública não Estatal

Terra da Gente: Fortalecimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Fortalecer as cadeias produtivas agropecuárias, distribuindo sementes para o agricultor, estimulando a melhoria tecnológica, gerencial e organizativa e apoiando a comercialização em redes dos produtos agropecuários, a fim de conquistar novos mercados com geração de trabalho e renda.	SEAGRI	Distribuição de Sementes e Mudanças para os Agricultores Familiares – Suaf; Produção de Sementes nos Campos Experimentais e de Difusão de Tecnologias – Suaf; Apoio à Constituição de Bases de Serviços da Comercialização da Agricultura Familiar; Apoio a Empreendimentos de Agroindustrialização e Comercialização em Rede; Realização de Eventos Promocionais dos Produtos e Serviços da Agricultura Familiar
Bahia Protegida: Fiscalização do Trânsito de Animais e Vegetais	Fortalecer o sistema de vigilância sanitária buscando minimizar a vulnerabilidade à introdução de pragas e doenças que comprometem a economia e o status sanitário positivo da agropecuária baiana.	SEAGRI	Construção de Barreiras Sanitárias Fixas
Sertão Produtivo: Dinamização das Cadeias Produtivas do Semi-árido	Promover a ampliação do perímetro irrigado do Estado visando o atendimento aos agricultores familiares e ao setor empresarial.	SEAGRI	Fomento a Projetos de Agregação de Valor aos Empreendimentos da Agricultura Familiar; Estruturação de Arranjos Institucionais de Desenvolvimento das Principais Cadeias Produtivas dos Agricultores Familiares no Semi-árido; Adesão de Agricultores Familiares ao Fundo Garantia Safra do Governo Federal.

Fonte: (Bahia, 2008) Elaborado por: Ferreira,L.L. Carla. 2011

Dentre os programas destacados no quadro, apenas dois tiveram ações algumas ações efetivadas no município de Amélia Rodrigues, principalmente através de projetos articulados com o Governo Federal e Municipal, a saber. No programa **“Qualificar: Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária para a Agricultura Familiar”**, identificou-se as seguintes ações: “Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER)” que tem como objetivo melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. De acordo com a investigação, foi descoberto que dentro do ATER, existem outras ações que estão relacionadas à de Aquisição Alimentos (PAA), são ações do Programa Fome Zero, do governo Federal, que tem como finalidade garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo.

O segundo programa identificado no município de Amélia Rodrigues denomina-se “**O Terra da Gente: Fortalecimento das cadeias produtivas Agropecuárias**” onde encontra inserido o “sub-programa” SEMEANDO. Tal programa é composto por um conjunto de ações realizadas entre órgão do Governo do Estado, a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), através da Superintendência de Agricultura Familiar (Suaf) e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). O objetivo do SEMEANDO é incentivar que os agricultores a comunidade em geral do município produza e guarde suas próprias sementes, para que conseqüentemente gere uma menor dependência do Estado e autonomia local para assegurar sementes e mudas de boa qualidade, no tempo certo, para os agricultores familiares da Bahia. Assim há distribuição de sementes e mudas, ao agricultor familiar. Em uma das visitas *in lócus*, teve-se a oportunidade de presenciar uma reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amélia Rodrigues, que tinha como pauta decidir como seriam distribuídas as sementes de milho e feijão aos agricultores rural. Nessa reunião foram decididas quais comunidade seriam contempladas com a distribuição de sementes, as quantidades a serem distribuídas e também foi discutido sobre quais medidas seriam adotadas em relação aos receptores das sementes, para que ao fim de sua produção eles se comprometessem em devolver uma quantidade menor do que ele recebeu, para ser distribuídas em outras comunidades que ainda não foram beneficiadas.

Com base em dados e informações pesquisados foram verificados alguns pontos que implica no desenvolvimento da agricultura familiar em Amélia Rodrigues, que há um esforço no trabalho do executivo, a partir da Secretaria de Agricultura, para que se obtenham bons resultados com os programas e ações aplicados a agricultura familiar. Entretanto há necessidades de ações mais contundentes e claras, visto que a agricultura familiar ainda precisa de maior dedicação das políticas públicas para seu fortalecimento dentro do município, pois o seu papel é ainda de coadjuvante, já que o cultivo da cana-de-açúcar é muito mais expressiva e desenvolvida, com mais de 50% das terras cultivadas no município. Sobre a relação entre a dinâmica municipal e os programas da agricultura familiar foi relatado que há dinamização da economia no município em virtude dos programas voltados a agricultura familiar, no momento que ocorre a capitalização do agricultor familiar e abrir possibilidades para comercializar a produção em outros municípios e fornecer para a merenda escolar do próprio município. Ressalta-se que devem ser considerados os investimentos advindos do governo estadual, em relação ao agricultor, pois o mesmo contribui para a “melhoria” na produção a partir das ações destinadas ao agricultor familiar. Entre as ações pode-se citar: a distribuição de sementes; crédito agrário para ajudar em suas produções, sendo que muitos desses cultivos acabam sendo vendida para o próprio município para utilização na merenda escolar e outras entidades carentes que tem parceria com a prefeitura de Amélia Rodrigues. Porém é necessário que os investimentos e ações sejam mais firmes, pois a agricultura familiar ainda necessita de maior estímulo no município principalmente no que se remete a manutenção do trabalho no campo, falta de orientações técnicas e viabilidade econômica dos agricultores de subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa foi possível ter uma compreensão da intervenção do Governo do Estado por meio das políticas territoriais implantadas no Plano Plurianual, instrumento de planejamento, no Território de Identidade Portal do Sertão onde se identificou ações destinada a dinamização da agricultura focando o município de

Amélia Rodrigues. Apesar de existir políticas de incentivo á dinamização e desenvolvimento da agricultura familiar, ainda não consegue de fato efetivar os objetivos das devidas ações destinadas a suprir as reais necessidades da agricultura familiar na Bahia, inclusive em Amélia Rodrigues.

No que se refere ao município de Amélia Rodrigues foi possível constatar que existe políticas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar, no entanto apesar dos esforços entre representantes dos agricultores familiares juntamente com os representantes dos órgãos do governo estadual e municipal, esses programas não solucionam as carências em seu fortalecimento que tem na agricultura familiar. Percebeu-se que um dos principais motivos que leva á agricultura familiar não ter expressividade, sobretudo na economia local, é a produção da cana-de-açúcar já que sua produção ocupa mais de 50% das terras produtivas do município, e que desde a instalação da usina que é o que mais emprega a população do município. Apesar da grande produção da cana-de-açúcar ter um grande lucro, não dinamiza de fato a economia, isso porque o lucro que se tem não fica no município. Outro motivo é a venda do excedente de produção dos agricultores familiares, pois muitos deles vende seus produtos para outro município, sendo também que os produtos produzidos não consegue suprir a necessidade da população, assim muitos deles que são vendidos na feira são comprados em outros municípios.

Assim conclui-se que a agricultura familiar no município de Amélia Rodrigues tem sua dinâmica minimizada pelo mesmo motivo que ocorre não somente no território baiano mais sim brasileiro, que é a falta de políticas eficazes e eficientes que garantam a sua melhoria e qualidade no desenvolvimento, indo além das ações paliativas de inserção social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed São Paulo: Campinas, SP: Hucitec, Ed. Da Unicamp, 1998.

BAHIA. **Plano Plurianual** (2008-2011). Salvador, 2008. BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2 ed. Ed. Unijuí: Ijuí, 2007.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2 ed. Ed. Unijuí: Ijuí, 2007.

CARNEIRO, Maria José (1997), “**Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, n° 8, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, pp. 70-82.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

SANTOS, José Antônio Lobo dos. **Implicações do pronaf na produção do espaço rural de Feira de Santana – Ba**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2009.

SOUZA, E. J. **Políticas Territoriais do Estado da Bahia: Regionalização e Planejamento**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Salvador, 2008.

VIEIRA, V. S. **Modelo de Desenvolvimento Regional do Estado da Bahia: Análise a partir do Plano Plurianual**. In: XIII ENANPUR: Planejamento e Gestão do Território - escalas, conflitos e incertezas., 2009, Florianópolis. XIII ENANPUR, 2009. p. 1-25.

WANDERLEY, M. de N.B. O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio? P. 27-31. In: A agricultura familiar: comparação internacional II do mito a realidade. LAMARCHE, H. (coord.); tradução: BAZIN, F. Campinas, SP: UNICAMP, 348P. , 1998.